

Direitos Humanos Ensino e renda

São raras as ocasiões em que notícias menos dramáticas em relação ao Brasil figuram nos relatórios de investigação social dos organismos internacionais. Justifica-se, pois, atribuir importância à avaliação favorável do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sobre a qualidade de vida dos brasileiros. O país avançou cinco pontos no ranking mundial. Entre os 174 países alcançados pela pesquisa, aparece em 74º lugar em 1998. Em 1997 estava na 79ª posição. O documento da ONU refere-se a estatísticas elaboradas até 1998.

A ascensão consta do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede os padrões de sobrevivência social das populações. Ainda assim, o Brasil fica atrás da Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela, Suriname e Colômbia. Mas passa à frente do Líbano, Equador, Tailândia, Arábia Saudita e Filipinas. Menos mau. Cumpre anotar como dado expressivo que a mudança, conquanto modesta, se deve ao aumento dos índices de matrículas escolares.

Os números projetados no relatório mostram que, em 1997, 80% da população em idade escolar estavam matriculados nos três níveis de ensino, fundamental, médio e superior. No ano seguinte, as inscrições escolares aumentaram para 84%. É certo que a pesquisa se manteve atenta apenas à questão quantitativa. A qualidade não foi apreciada, apesar de os

inquéritos do Ministério da Educação indicarem a existência de melhorias.

Entre os problemas mais graves da realidade brasileira, a educação é o que mais desafia a capacidade política do Estado. Ainda resta muito a fazer para admiti-la nos orçamentos como fonte imaterial apta a garantir o desenvolvimento segundo as velocíssimas transformações da sociedade moderna. Questão crônica, ainda carece de ser resolvida pela associação da vontade política aos meios operacionais práticos. Assim, qualquer avanço no ensino, como o agora assinalado pelo Pnud, merece atenção e registro.

Mais uma vez, contudo, fica projetada para o mundo a noção de que existem dois Brasis. No Índice de Pobreza Humana (IPH), integrante dos levantamentos da ONU, o Brasil permanece mal posicionado. Constitui desapreço à justiça social buscada pela democracia constatar que, aqui, os 20% mais ricos da população ganham 25,5 vezes mais em relação aos 20% mais pobres. A distribuição de renda — anota ainda o IPH — no país só é menos injusta do que no Paraguai, Guatemala, República Centro-Africana, Jamaica e Serra Leoa.

Os dados propiciam aos brasileiros enxergar com maior clareza o desenvolvimento do ensino e propõem reflexão sobre a necessidade de ampliá-lo. Isso por um lado. Por outro, denunciam como matriz dos perversos indicadores sociais a iníqua distribuição de renda.